

V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA

AN PE GE

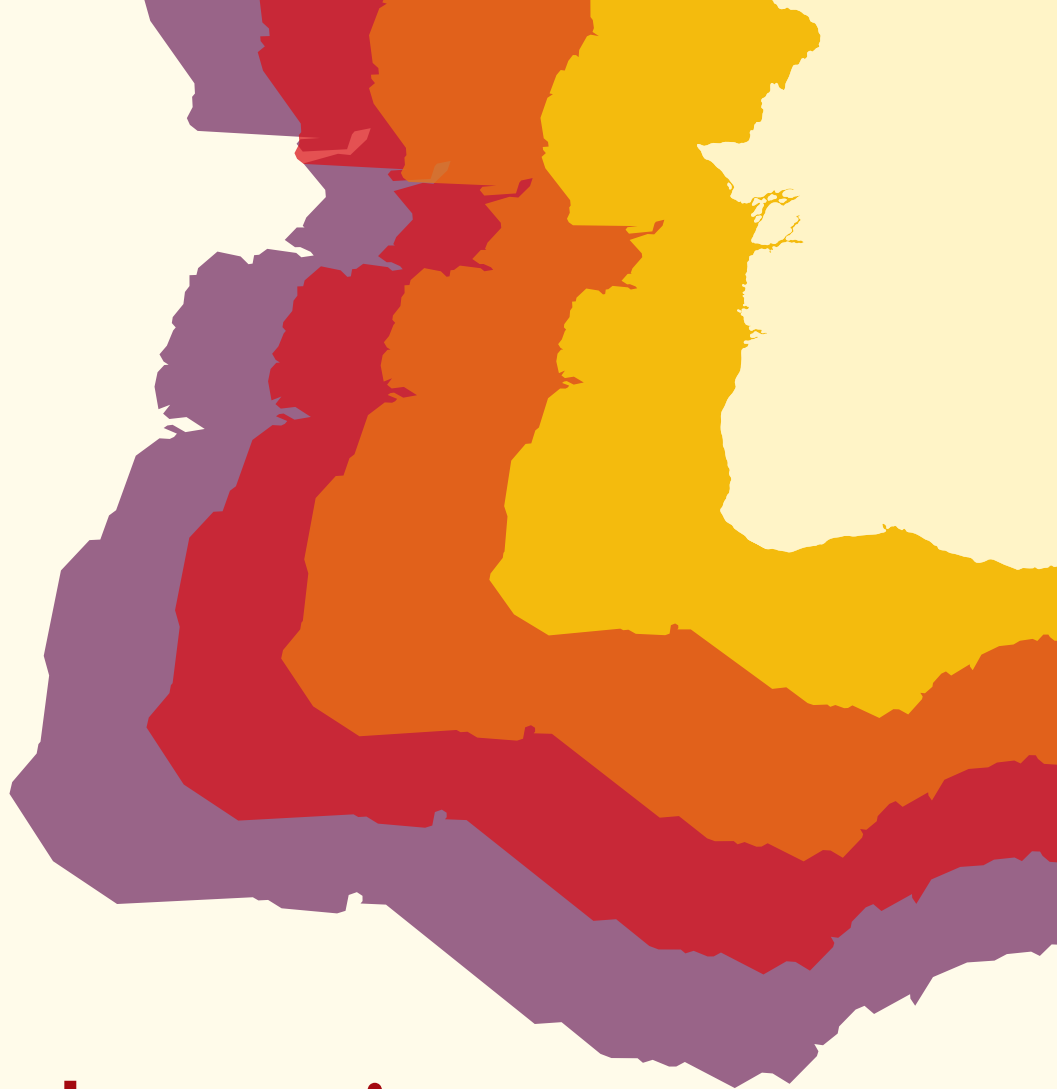
ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



Subvertendo hegemonias na Geografia Brasileira: a enunciação das Geografias Feministas

*Subverting hegemonies in Brazilian Geography: Feminist
Geographies enunciation.*

*Subvirtiendo hegemonías en la Geografía Brasileña: la enunciación
de las Geografías Feministas.*

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20268

JOSELI MARIA SILVA

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

VAGNER ANDRÉ MORAIS PINTAO

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

V.21 n°46 (2025)

e-íssn : 1679-768X

RESUMO: O artigo evidencia as hegemonias conceituais verificadas na Geografia brasileira que criam silenciamentos das Geografias Feministas, bem como aponta as fissuras pelas quais tais geografias construíram possibilidades de enunciação no Brasil. Os movimentos feministas, das sexualidades e etno-raciais apresentam ações diversificadas e potentes por todo o país. No entanto, a geografia brasileira tem sido resistente na incorporação de conceitos e métodos que construam a visibilidade de sujeitos sociais que tradicionalmente foram alvo da violência epistêmica. Nesse sentido, serão explorados os mecanismos estruturantes das invisibilidades, bem como será examinado o potencial das Geografias Feministas na construção de um projeto de ciência que enfrente os pressupostos epistemológicos e princípios metodológicos próprios da ciência, hegemonicamente produzida com base no eurocentrismo do conhecimento científico.

Palavras-chave: geografias feministas; ciência; eurocentrismo; geografia brasileira.

ABSTRACT: This article evidences conceptual hegemonies verified in Brazilian Geography that silence Feminist Geographies and reveal cracks through which those geographies have built up possibilities of enunciation in the country. Feminist, sexualities and ethnic-racial movements present diversified and powerful actions all over Brazil. However, the Brazilian geography has resisted the incorporation of methods that enable the visibility of social subjects who have traditionally been targeted by epistemic violence. Taking that into account, we explore the structuring mechanisms of invisibilities and examine the potential of Feminist Geographies in developing a science project that challenges epistemological assumptions and methodological principles of this science hegemonically produced based on the scientific knowledge Eurocentrism.

Keywords: feminist geographies; science; eurocentrism; brazilian geography.



RESUMEN: El artículo destaca las hegemonías conceptuales que se encuentran en la Geografía brasileña y que crean silencios para las Geografías Feministas, además de señalar las fisuras a través de las cuales dichas geografías han construido posibilidades de enunciación en Brasil. Los movimientos feministas, por las sexualidades y étnico-raciales tienen acciones diversificadas y poderosas en todo el país. Sin embargo, la geografía brasileña se ha resistido a incorporar conceptos y métodos que visibilicen a los sujetos sociales que tradicionalmente han sido objeto de la violencia epistémica. En este sentido, se explorarán los mecanismos que estructuran las invisibilidades, además de examinar el potencial de las Geografías Feministas en la construcción de un proyecto de ciencia que confronte los supuestos epistemológicos y los principios metodológicos de la ciencia, hegemonicamente producidos a partir del eurocentrismo del conocimiento científico.

Palabras-clave: geografías feministas; ciencia; eurocentrismo; geografía brasileña.

INTRODUÇÃO

O artigo evidencia as hegemonias conceituais verificadas no campo geografia brasileira que criam silenciamentos das geografias feministas, bem como aponta as fissuras pelas quais tais geografias construíram possibilidades de enunciação no Brasil. Bourdieu (2004) utiliza a ideia de campo para escapar a duas tendências de interpretação da história das ciências. Uma das tendências, considerada interna, imagina a história como se a ciência se transformasse unicamente por desdobramentos de si mesma pela superação de enunciados científicos, e a outra, externa, considera a história da ciência submetida às conjunturas econômicas e sociais. Para ele, não basta compreender apenas o conteúdo textual de uma ciência, tampouco o contexto de sua produção. Entre essas duas perspectivas há um universo intermediário que ele denomina campo, cuja premissa baseia esse artigo.

Há muitos anos denunciemos a negligência da geografia brasileira com os estudos de gênero, raça e sexualidades (Silva, 2009). Apesar disso, as conquistas realizadas por pesquisadores desses campos ainda são pequenas, bem como o alcance de legitimidade junto à comunidade científica. Para este artigo, é importante pautar que entendemos a ciência geográfica a partir da ideia de geometrias de poder (Massey, 1991a, 1993, 1999, 2009). Nossa afirmação é de que a produção geográfica da geografia possui uma geograficidade, implicada em relações de poder em múltiplas e simultâneas

escalas espaciais, estabelecidas corporificadamente, operando relações simbólicas, políticas e econômicas. Geometrias de poder implicam uma série de elementos como a estrutura institucionalizada da produção científica geográfica em diferentes esferas e condições no mundo acadêmico; a avaliação dos programas de pós-graduação e os respectivos meios científicos de comunicação como periódicos científicos, bem como a configuração de redes que legitimam teorias e conceitos e resultam na acumulação e reprodução de capital científico por meio de citações.

As engrenagens que sustentam as disputas epistemológicas que podem ou não legitimar determinadas abordagens geográficas são diversificadas. Envolvem a distribuição de recursos de pesquisa, o prestígio de determinadas universidades como lugares onde determinadas teorias são criadas e o alcance de capital científico conquistado por determinados autores por meio dos ciclos de citações (Bourdieu, 2004). Há ainda os mecanismos pedagógicos que se fazem no cotidiano da sala de aula em que programas das disciplinas são reproduzidos durante anos consecutivamente, criando e consolidando uma narrativa sobre o que seja A geografia, evitando renovações da disciplina. Além desses, há de se mencionar o currículo oculto, aquele praticado pelos docentes em sala de aula, sem registros materiais, mas que formam processos educativos. Comentários depreciativos por parte de colegas do campo científico sobre abordagens geográficas como gênero, raça e sexualidades são comuns. Afirmar que não serem tais abordagens científicas ou geográficas criam influências às novas gerações para repetir o ritual do desprezo e desincentiva aqueles estudantes que gostariam de desenvolver esses temas. Nos grupos temáticos de discussão científica nos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia, é comum o compartilhamento do sentimento de rejeição, os relatos emocionados de histórias de violência acadêmica que pesquisadores, notadamente jovens, sofrem no seu cotidiano de fazer científico. Segundo Norbert Elias e John L. Scotson (2000), a formação dos circuitos de fofocas pejorativas não são inocentes, pois criam hierarquias sociais e delimitam as fronteiras dos “bons” e dos “maus”, aqueles merecedores de respeito e os demais que merecem, ou mesmo devem, ser marginalizados ou excluídos. Tais circuitos são constituidores da cultura acadêmica que, segundo Butler (2021), constroem o mundo pela reiteração repetitiva das palavras que alcançam status de verdade.

Apesar dos vários elementos das engrenagens que permeiam as tensões da produção científica, neste artigo, estabelecemos um recorte na trama conceitual que forja a tradição epistemológica da disciplina, somada à crítica da forma com que os conceitos são utilizados pelos pesquisadores e pesquisadoras do campo científico. Os conceitos são sínteses discursivas criadas por pesquisadores e pesquisadoras para a compreensão de uma realidade estudada. Portanto, conceitos não são verdades, mas enunciados provisórios e dependentes do tempo, espaço e da posicionalidade de seus criadores nas relações de poder.

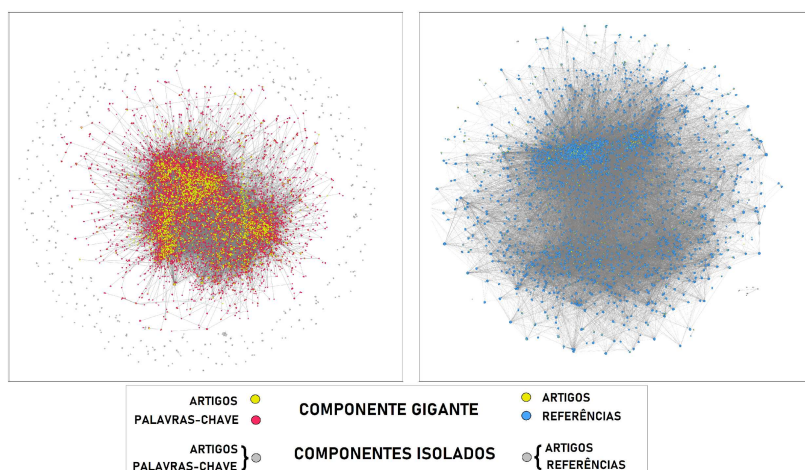
Para sustentar os argumentos desse artigo utilizamos os dados do Observatório da Geografia Brasileira (OGB)¹. O conjunto de dados analisados neste artigo considerou 20.865 artigos de 97 periódicos avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1998-2018² referentes ao quadriênio de avaliação 2014-2016. O OGB possibilita a exploração das dinâmicas que envolvem a produção da geografia brasileira, bem como seus atores, temas e conceitos. A comunicação científica se faz majoritariamente por meio de artigos produzidos por geógrafos e geógrafas brasileiras, possibilitando assim a compreensão das dinâmicas conceituais da área de geografia. Os dados foram sistematizados com base na metodologia de Silva e Silva (2016) e as redes semânticas foram construídas a partir do *Software Gephi* 0.10.1, com base em Higgins e Ribeiro (2018) e Ferretti, Junckes e Clemente (2018). Os arquivos de rede utilizados para o presente estudo estão disponíveis no repositório Kaggle para verificação e validação. Link: <https://www.kaggle.com/datasets/datarepository/subvertendo-hegemonias-na-geografia-brasileira>.

A figura 1 demonstra os grafos das redes iniciais compostas por artigos e palavras-chave e por artigos e referências. A rede expressa no grafo à esquerda é composta por 339 componentes que abrigam 40.085 nós, dos quais 20.865 nós-artigos (círculos de cor amarela) e 19.220 nós-palavras-chave (círculos de cor vermelha), além de 78.059 arestas (retas de cor cinza). O seu componente gigante contém 96,4% dos nós e 98,5% das arestas da rede inicial. Ao passo que a rede expressa no segundo grafo, à direita, é composta por apenas seis componentes que abrigam 52.374 nós, dos quais 3.452 artigos e 48.922 referências, além de 103.129 arestas. O componente gigante da segunda rede responde por 99,94% dos nós do grafo e os nós *artigos* também estão coloridos em amarelo e os nós *referências* são representados em azul. Em ambos os casos, foram selecionados os respectivos componentes gigantes para o prosseguimento analítico.

¹ O OGB foi criado em 2008 pelo Grupo de estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que coleta e armazena artigos científicos da área da geografia. Atualmente conta com 28.823 artigos catalogados, oriundos de 98 revistas *on-line* revistas avaliadas pelos Sistema Qualis-CAPES, cobrindo um período de 1939-2020.

² Esse recorte de aprofundamento deve-se ao fato de que em 1998 o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES alterou e aprimorou os mecanismos de avaliação da pós-graduação e da produção científica do país.

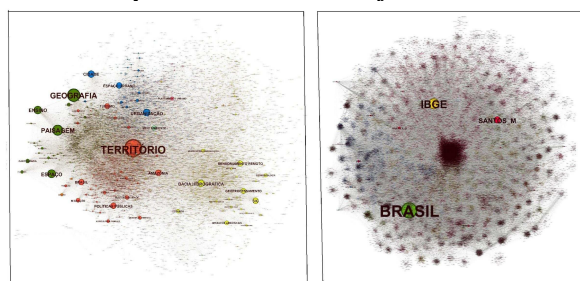
Figura 1 - Grafo de componentes conectados (gigante e isolados) de rede bimodal dos artigos e referências e grafo de rede bimodal dos artigos e palavras-chave



Fonte: A partir do OGB, 20.865 artigos de 97 periódicos avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1998-2018, quadriênio 2013-2016.

Na sequência das ações, estas redes bimodais (*two-mode*) foram projetadas para redes com apenas um tipo de nó (entidade) tornando-as unimodais (*one-mode*). O recurso de projeção multimodal implica suprimir os nós referentes aos artigos estabelecendo meta-relações, neste caso, entre referências ou entre as palavras-chave (Higgins; Ribeiro, 2018). Os grafos das redes unimodais de *palavras-chave* (18139 nós) meta-conectadas por 91.857 arestas e de *referências* (48.893 nós) meta-conectadas por 2.181.363 arestas estão retratados na Figura 2. Os nós estão dimensionados por centralidade de intermediação³. São essas primeiras redes que dão origem à exploração topológica que segue nos argumentos do artigo.

Figura 2 - Grafos de rede unimodal de *palavras-chave* e de *referências* meta-conectadas



Fonte: A partir do OGB, 20.865 artigos de 97 periódicos avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1998-2018, quadriênio 2013-2016.

³ A centralidade de intermediação é a quantidade de caminhos mais curtos que passam por determinado nó. Por sua importância, facilitam ou bloqueiam relações na rede.

Na primeira seção evidenciamos as hegemonias conceituais, enfatizando como elas dificultam a emergência dos estudos de gênero, bem como de sexualidades e das racialidades. Na segunda seção evidenciamos as contribuições que as geografias feministas realizam para o campo da geografia brasileira.

A ampliação da pluriversalidade da geografia brasileira, hegemonias conceituais e força do silenciamento.

No Brasil as principais instituições de produção científica são as universidades, notadamente os Programas de Pós-graduação. Na geografia, dos 77 programas existentes em 2022, apenas 21 deles foram criados antes dos anos 2000. Em 2010 já haviam 39 programas, em 2020 72, evidenciando os cursos de pós-graduação em geografia cresceram 162% no século XXI. A política de expansão dos programas de pós-graduação em todo território nacional possibilitou novos lugares enunciativos de produção científica, bem como foi fundamental o crescimento dos veículos de comunicação como as revistas científicas on-line vinculadas a estes programas. Esse fenômeno de expansão geográfica impactou na forma de pensar e fazer a geografia, criando importante pluralidade temática e conceitual.

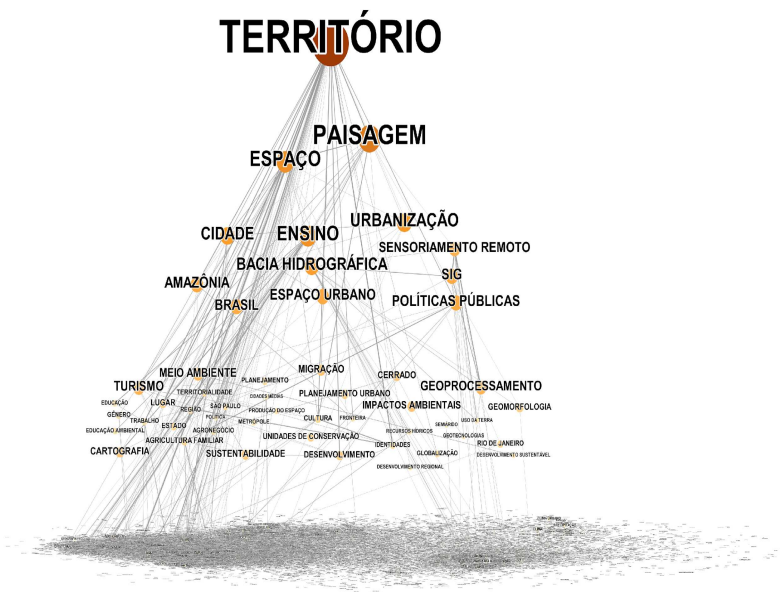
Apesar da expansão dos Programas de Pós-graduação que possibilitou a pluralidade, os mecanismos avaliativos de tais programas, criados desde 1977, sofreram modificações que estabeleceram forte hierarquização interna. Em 1998 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou a avaliar os programas trienalmente, deixando de lado a avaliação dos cursos isoladamente e construiu uma estrutura altamente competitiva. Tais alterações na avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) teve como objetivo otimizar a padronização dos processos avaliativos e buscar inserção internacional da ciência brasileira. Mesmo continuamente revista e debatida, a estrutura avaliativa pouco mudou substancialmente. Orientada pela Diretoria de Avaliação (DAV-CAPES) e realizada por integrantes da comunidade acadêmico-científica, via consultores ad hoc, a certificação da qualidade da pós-graduação brasileira é referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa. (Brasil, 2019). Além disso, a avaliação cria abertamente um *ranking* dos Programas de Pós-graduação brasileiros que distribui recursos e prestígio hierarquicamente.

Da mesma forma que a avaliação dos Programas de Pós-graduação, a CAPES também implementou os sistemas avaliativos dos periódicos nacionais, criando um ranqueamento entre as revistas científicas. Nessa geometria de poder, altamente hierarquizante, geógrafos e geógrafas estão diferentemente localizados e conquistam distintas possibilidades de criação de teorias, bem como sua legitimação no campo científico. De alguma forma, todas as pessoas posicionadas nessas geometrias

sentem essa profunda desigualdade nas condições de realização de suas pesquisas, ou na legitimação de suas proposições. Mas dificilmente conseguimos comprovar materialmente essas hierarquias.

A cientometria ajuda a tornar mais palpáveis essas percepções. A lei de Bradford (1934, 1948) descreve a tendência na qual apenas um conjunto significativamente pequeno de publicações são as mais acessadas mesmo com a crescente oferta de outras obras. Tratando especificamente das palavras-chave indexadas em artigos, Yi e Choi (2012) afirmam que a escolha das palavras, que têm a função de designar o escopo de um artigo e dada a maneira como elas estão organizadas e se vinculam entre si, permitem a constituição de uma representação da estruturação epistemológica da produção científica de um campo. A figura 3 evidencia as hegemonias conceituais do campo. Tal rede está formada por 18.138 nós⁴ meta conectados por 90.681 arestas. Os nós estão organizados por maior centralidade de intermediação e os respectivos índices de grau⁵ e grau ponderado⁶ também estão presentes na Tabela 1.

Figura 3- Grafo de rede unimodal topológica de palavras-chave da geografia brasileira



Fonte: A partir do OGB, 20.865 artigos de 97 periódicos avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1998-2018, quadriênio 2013-2016.

Tabela 1- Ranking de palavras-chave da geografia brasileira

⁴ O nó ‘GEOGRAFIA’ e suas ligações foram suprimidas da visualização dada sua generalidade. Contudo, as métricas consideram o conjunto original.
⁵ Grau corresponde ao número de conexões (arestas) de uma nó.
⁶ Grau ponderado é a soma do peso das arestas (conexões) que cruzam o nó.

RÓTULO DO NÓ	GRAU	GRAU PONDERADO	INTERMEDIÇÃO
TERRITÓRIO	1480	3537	13854007
PAISAGEM	919	1824	8180075
ESPAÇO	915	2082	6410020
ENSINO	793	1941	6171455
URBANIZAÇÃO	679	1134	5551340
CIDADE	756	1440	5244087
BACIA HIDROGRÁFICA	592	1061	5151784
AMAZÔNIA	611	1039	4623984
ESPAÇO URBANO	646	1068	4548523
POLÍTICAS PÚBLICAS	635	1090	4515997
SIG	558	1007	4489892
BRASIL	610	920	4439714
SENSORIAMENTO REMOTO	506	979	4172829
TURISMO	615	1086	4032312
GEOPROCESSAMENTO	463	873	3969929
MEIO AMBIENTE	505	828	3599744
MIGRAÇÃO	491	745	3110075
IMPACTOS AMBIENTAIS	400	549	3084922
CARTOGRAFIA	448	734	2991408
SUSTENTABILIDADE	433	691	2891820
CERRADO	391	633	2840570
DESENVOLVIMENTO	477	834	2635608
PLANEJAMENTO URBANO	413	581	2621544
GEOMORFOLOGIA	339	510	2569274
LUGAR	517	1025	2552643

Fonte: A partir do OGB, 20.865 artigos de 97 periódicos avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1998-2018, quadriênio 2013-2016.

Os conceitos de maior expressividade na rede são território, paisagem e espaço. Entretanto, temporalmente há uma dinâmica em que as hegemonias conceituais oscilam em termos de importância na rede. Nossos estudos evidenciam que o conceito de região foi hegemônico entre 1939 até 1959. Nos

anos 60 o conceito de região aparece atrelado ao conceito de urbano de forma bastante equilibrada. Nos anos 70 a palavra-chave urbano ultrapassa a região e a palavra-chave espaço aparece mais timidamente. Nesse período o território não aparece nas posições mais expressivas da rede de palavras. Nos anos 80 a palavra-chave espaço ultrapassa a frequência das palavras-chave região e urbano, tornando-se o conceito mais importante da área. Nos anos 90 surge o território e há uma diminuição acentuada do uso da região, mas o urbano e o espaço continuam sendo as palavras-chave hegemônicas do período. Nos anos 2000 a palavra-chave território ganha força, se equiparando ao urbano e o espaço. A paisagem ganha expressão na rede e surgem o desenvolvimento, a política e o planejamento como palavras-chave importantes vinculadas ao território, espaço e urbano. A partir de 2010 as mesmas palavras se repetem, mas o território ganha hegemonia sobre as demais.

Tomando por base a rede topológica podemos afirmar haver uma hegemonia conceitual na geografia brasileira estruturada a partir do território, da paisagem e do espaço. Essas palavras expressam conceitos que moldam a disciplina e organizam determinada forma de olhar os fenômenos geográficos.

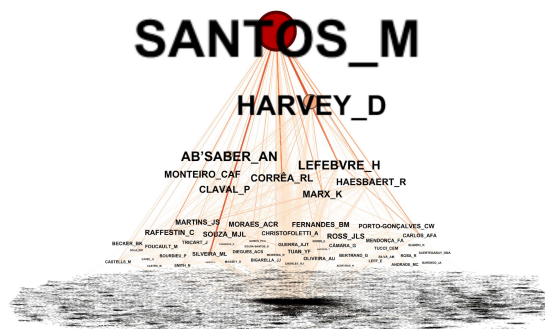
Os três conceitos hegemônicos da geografia possuem uma importante característica comum que é a relação entre sujeito universal e a realidade exterior. O uso do conceito de paisagem, por exemplo, possui duas importantes ligações, sendo: sistemas e cultura. O primeiro ligado à geografia física e o segundo à geografia humana. Em ambos os casos a paisagem aparece como resultante de formas concebidas por ações humanas ou de interações de fenômenos naturais. O conceito de território evoca o poder, significados e as relações políticas em torno de uma apropriação espacial, posicionando os sujeitos em caráter genérico de grupos ou comunidades. O espaço, por sua vez, entendido como a materialização das relações sociais de produção e reprodução capitalistas mantém sua característica de pautar um sujeito universal. Fundamentalmente, as características dos sujeitos que constituem paisagens, espaços e territórios são negligenciados e essa forma de compreender os conceitos dificulta a visibilidade das geografias feministas, das sexualidades e das racialidades que exigem análises corporificadas.

Os conceitos são produzidos por pessoas que conquistam prestígio acadêmico e capital científico enquanto suas teorias são reproduzidas. Ribeiro (2021) define como canônicos os autores e seus conteúdos alçados à condição de intocáveis dado seu capital científico e, assim, são replicados de maneira automática e acrítica. Quanto mais a geografia brasileira cresceu em termos de centros de pós-graduação e de produção científica, também aumentou a divulgação dos resultados de pesquisa. Além disso, esse processo aprofundou relações de poder expressas em redes de relacionamentos mais amplas, nas quais ocorre a centralização de poderes em torno de determinadas posições intelectuais. O capital científico se constitui paulatinamente por diversos elementos materiais, mas também

simbólicos. Um dos mais importantes recursos de poder é ser reconhecido pela comunidade científica de um determinado campo a partir da prática de um autor ser muitas vezes referenciado e suas teorias legitimadas. Conquistar a notoriedade intelectual a partir do reconhecimento dos pares concorrentes de um campo científico é o tipo de acumulação de capital científico que permite conquistar registros de vida, mesmo depois da morte (Hey, 2007).

O capital científico a partir da ideia de notoriedade conquistada pela frequência e pelo veículo de referência é apresentado a partir de mensurações e relacionamentos de citações de trabalhos/autores pela via cientométrica em um universo específico que são as referências dos artigos publicados nas revistas classificadas no Sistema Qualis da CAPES como A1 e A2 do quadriênio 2013-2016 que cobrem um período temporal de 1981 a 2018⁷. Ser referenciado em artigos publicados em periódicos de maior classificação no sistema de avaliação da CAPES significa ser legitimado em um grupo de alta concorrência de capital científico. A ordem discursiva das pessoas com maior capital científico da geografia brasileira pode ser verificada na figura 4. Nela está representado o grafo de rede topológica unimodal composta por 48.881 nós articulados por 1.689 arestas (filtro a partir do peso 9). Na tabela 2 estão elencados os nós com maiores índices de centralidade de grau, grau ponderado e intermediação.

Figura 4 – Grafo de rede unimodal de referências da geografia brasileira.



Fonte: A partir do OGB, 3.452 artigos de 9 Qualis A avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1989-2018, quadriênio 2013-2016.

⁷ Boletim Goiano de Geografia, GEOUSP, Mercator, Sociedade e Natureza, GEOgraphia, Nera, Raega, Revista do Departamento de Geografia da USP e Revista da ANPEGE.

Tabela 2 – Ranking de referências da geografia brasileira

RÓTULO DO NÓ	GRAU	GRAU PONDERADO	INTERMEDIÇÃO
SANTOS_M	11629	22821	104688109
HARVEY_D	6640	11916	38803848
AB'SABER_AN	4365	6192	18530532
LEFEBVRE_H	4723	8598	17257546
CORRÊA_RL	4328	7169	13823419
CLAVAL_P	3404	5401	13276636
MONTEIRO_CAF	3473	5191	13073041
MARX_K	3902	6756	12885046
HAESBAERT_R	4086	7119	12772525
ROSS_JLS	3236	4823	9762292
RAFFESTIN_C	3616	6003	9738935
SOUZA_MJL	3425	5268	9584004
MARTINS_JS	3299	5681	9525011
MORAES_ACR	3147	5079	9408324
FERNANDES_BM	3241	5696	9330766
PORTO-GONÇALVES_CW	3060	4898	8158930
CHRISTOFOLETTI_A	2549	3795	7599379
SILVEIRA_ML	3323	5758	6957889
TUAN_YF	2289	3261	6583150
CARLOS_AFA	2780	4885	6536239
BECKER_BK	2733	3872	6449195
MENDONÇA_FA	2279	3066	6405834
FOUCAULT_M	2483	3743	6226292
OLIVEIRA_AU	3010	5487	6207178
TRICART_J	2516	3538	6183092

Fonte: A partir do OGB, 3.452 artigos de 9 Qualis A avaliados na área da geografia no Sistema Qualis-Capes e publicados no período 1989-2018, quadriênio 2013-2016.

Conectado 22.821 vezes com outras 11.629 referências, Milton Santos responde por uma centralidade sem paralelo na geografia brasileira articulada nos artigos com maior valoração acadêmica. A discrepância em relação a David Harvey, segunda principal referência, é de 2,7 vezes em

termos de centralidade de intermediação. Métrica importante, embora sem correlação direta com as anteriores, também consiste que Milton Santos é citado em 902 artigos (26%) enquanto David Harvey integra referencial teórico de 415 textos (12%). A solaridade de Milton Santos pode ser interpretada a partir do que Merton (2013 [1968]) descreveu como “Efeito Mateus”. A expressão é baseada na passagem do Evangelho homônimo: “para todo aquele que tem, mais será dado e ele terá abundância; mas daquele que não tem, será tirado inclusive o que tem”. Esta lógica aplicada às geometrias de poder do campo científico implica a intensificação do acúmulo de reconhecimento dos grandes nomes em contraste com a minimização, ou mesmo recusa, deste crédito dos pares em relação àqueles que ainda não deixaram sua marca (Merton, 2013 [1968]).

No contexto da ARS (Análise de Rede Social) e da cientometria, tal evento é vinculável com o que Yi e Choi (2012) descrevem como “ligação preferencial” ou, ainda, o mecanismo do “rico fica mais rico” cuja configuração projeta que um texto científico tende a receber mais citações na medida em que é mais citado. Ademais, do mesmo modo que a reputação anterior do trabalho de autores renomados aumenta a difusão de suas contribuições mais recentes, as especialidades científicas que historicamente produziram realizações celebradas no campo (as centrais de cálculo) atraem muito mais recursos humanos e materiais do que organizações mais discretas (Merton, 2013 [1968]). Consideradas estas 25 pessoas de elevadíssima centralidade dentre o conjunto de quase 50 mil referências levantado, podemos verificar o peso histórico institucional no seletor grupo listado anteriormente na Tabela 2⁸. Merece destaque a pequena inserção feminina no seletor grupo. As duas autorias femininas de destaque são Ana Fani Alessandri Carlos e Bertha Becker, indicativo este da intensa disparidade de prestígio entre homens e mulheres quando consideradas as posições de maior prestígio entre os pares do campo (Cesar, 2019)

A conquista da hipercentralidade de Milton Santos foi crescente e se mantém forte. Nossos estudos evidenciam que nos anos 80 Milton Santos já aparece como um importante autor, mas está muito atrás de Aziz Nacib Ab'Saber, Pierre George e Friedrich Engels que nesse período possuíam maior hegemonia. Milton Santos aparece em uma posição próxima de Yves Lacoste. Nos anos 90, 2000 e 2010 sua centralidade é crescente e se estabiliza com uma posição solar nas redes de referência, sem precedentes na história da geografia.

A forma miltoniana de concepção do espaço é predominante. A obra de Milton Santos possibilitou à geografia a conquista de um campo específico frente as outras ciências pelo desenvolvimento dos métodos e conceitos próprios (Silva, Ornat e Chimin Junior, 2016). Em sua obra

⁸ A presença inusitada de Maria Laura Silveira entre as referências mais importantes, carece de esclarecimentos. A obra pela qual ela é destacada, *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*, foi publicada em parceria com Milton Santos, o que evidencia um espraiamento das relações de centralidade deste autor.

“Testamento Intelectual” Milton Santos (2004, p. 25) sintetiza sua trajetória científica ao descrever a trajetória do pensamento que desenvolveu no Brasil, trazendo as seguintes marcações conceituais:

propus coisas como a ideia de que o espaço era formado por fixos e fluxos; depois, que haveria uma relação entre a sociedade e a natureza, produzindo o que chamei de formação socioespacial, (...) a formação socioespacial e isso é que me vai levar mais adiante a propor a dissociação entre a noção de paisagem e a noção de espaço. Este seria uma instância da sociedade, tanto quanto o são a instância política, a cultural-ideológica e a instância técnico-econômica. (...) Cheguei, por último, à ideia do espaço como resultado de uma relação indissociável entre sistemas e objetos, casando duas coisas, ação e materialidade. Depois, continuei a trabalhar até propor que o que realmente entra na dialética social não é o espaço tal como foi definido antes, como materialidade, mas o espaço vivido, usado pelos homens.

Como é possível verificar em sua narrativa, em suas concepções as pessoas que desenvolvem as ações são sujeitos genéricos, cujos corpos não são considerados. Além disso, ele mesmo desconsiderava a possibilidade de a geografia se construir a partir dessas abordagens, apegado às suas próprias tradições epistemológicas. O próprio Milton Santos reconhecia que “a teoria não é atemporal, porque os conceitos são datados e é essa busca do conceito datado que eu chamo de epistemologia” (Santos, 2004, p. 36).

Mesmo com a clareza de que os conceitos são temporal e espacialmente datados e que há necessidade da comunidade geográfica em buscar teorias que respondam desafios contemporâneos, ele se coloca pouco aberto para diferentes abordagens. Apegado à tradição epistemológica que ele construiu com maestria, afirma suas preocupações com o futuro da geografia brasileira, afirmando

A prospecção dos trabalhos de qualidade existentes torna-se difícil, embora necessária e urgente. Muitas das novas questões colocadas subordinam-se a uma moda, justificada ou não, abrangendo desde temas como o gênero, o turismo, o lazer, o meio ambiente ou digressões externas sobre pontos esparsos de filosofia, temas literários ou comentários biográficos e bibliográficos sobre autores afins (ou não) à geografia. (Santos, 2004, p. 95).

A ideia sobre o ‘modismo’ temático, retratada neste trecho, aliada à posição hegemônica que este geógrafo e suas teorias conquistaram na geografia brasileira, pode dificultar o trabalho de pesquisadores(as) da área de gênero e sexualidades para adquirir respeitabilidade teórica e metodológica neste campo de saber. Ao fazer parte do campo científico da geografia brasileira, defendendo as abordagens geográficas de gênero, raça e sexualidades, convivemos com vozes que se erguem para alertar para o ‘perigo’ dos saberes não geográficos que tentam compor a geografia. O alerta aos ‘perigos’ tem sido respaldado pela defesa de uma tradição epistemológica, a fim de preservar o que alguns geógrafos pensam ser a ‘verdadeira’ e ‘sacralizada’ geografia, conforme o pensamento de Gomes (2009). Os intelectuais adeptos do fundamentalismo científico têm desempenhado importante papel na negação de determinadas existências espaciais humanas,

contribuindo para a violência epistêmica que a geografia brasileira ainda impinge sobre grupos sociais invisibilizados.

Definitivamente, não é apenas pela consistência epistemológica que a ciência geográfica brasileira nega a existência espacial de grupos baseados em identidades raciais, de gênero ou sexualidades. Assim procede a nossa geografia porque a produção científica do campo é perpassada por interesses que são também políticos e econômicos. O que está em jogo são as regras do campo, como afirma Bourdieu (2004), a distribuição de prestígio e poder que os agentes e as instituições podem conceder ou limitar. Por isso, ainda hoje, os operadores da geografia acadêmica no Brasil disfarçam seus interesses em críticas pretensamente conceituais e ontológicas do campo de saber geográfico, considerando as abordagens de gênero, raça e sexualidades como de baixo nível de cientificidade (Silva, 2009; Silva, Ornat e Chimin, 2016; Cesar, 2019).

Embora as geografias feministas, de gênero, sexualidades e racialidades se façam em relativo isolamento, isso também indica que as dissonâncias, desacordos e a desobediência aos cânones podem enriquecer a abordagem geográfica brasileira.

Os caminhos de enunciação das Geografias Feministas no Brasil.

São várias contribuições epistemológicas que as geografias feministas realizaram no Brasil nas últimas décadas. Apontamos aqui as ideias desenvolvidas sobre a ética do cuidado, corpo, casa e as emoções na produção do espaço que implicam desafios epistemológicos de pensar as escalas geográficas em interdependência.

As geografias feministas são equivocadamente consideradas pautas identitárias para algumas pessoas. Entretanto, o que as geografias feministas têm realizado é alertar para a complementaridade entre a esfera da produção e da reprodução. As possibilidades de acumulação capitalistas foram ampliadas pela invisibilidade da exploração do trabalho não pago realizado pelas mulheres para o sustento das pessoas que colocam sua força de trabalho no mercado para exploração. A vertente marxista da geografia brasileira centrou sua análise na produção e esqueceu de contemplar a esfera da reprodução, também necessária para o processo de acumulação capitalista.

Para chamar a atenção para realização do trabalho realizado por mulheres, o corpo, a casa e a economia do cuidado foram desenvolvidos. Esse debate que agora ocorre no Brasil, já foi largamente realizado no contexto epistemológico anglófono nos anos 80 e 90, como apontado por Silva, Ornat e Chimin Junior (2016).

Em 1989 o célebre geógrafo marxista David Harvey publicou *The Condition of Postmodernity*. Tal obra foi celebrada pela comunidade científica para além do campo da geografia por

tratar de temas como o processo de financeirização da economia global e os limites dos Estados nos processos de regulação. Nessa obra ele já admite a necessidade de ajustes necessários às teorias marxistas, notadamente sobre as questões das diferentes subjetividades que promovem múltiplas formas de exclusão como gênero, sexualidade, raça e classe. Mesmo assim, ele reafirma que a diferença que realmente importa é a diferença de classe e esse aspecto foi alvo de intenso debate feminista, como as críticas de Massey (1991b).

Obra que se aproxima um pouco mais do debate das diferenças é *Justice, Nature and the Geography of Difference*, publicada em 1996. Nessa obra ele se debruça sobre as questões das diferenças sociais e incorpora as teorias feministas, notadamente apoiado em Iris Mary Young (1990), Harvey traz corpos entrelaçados cotidianamente com o capital global. Sua proposição em pensar a promoção de justiça social traz a ideia de necessidade de criar alianças estratégicas de sujeitos com objetivos semelhantes que podem nascer do reconhecimento mútuo das diferenças. Seu reconhecimento da validade das proposições feministas também se justifica pela emergência dos movimentos sociais que cobravam o reconhecimento de diferenças para além da luta de classes.

Mesmo reconhecendo a necessidade da abordagem das diferenças, Harvey (1996) manteve sua ideia de que a solidariedade entre as diferenças deveria ter como foco a solidariedade de classe, já que esta seria derivada da experiência compartilhada em torno do trabalho e da exploração capitalista em geral. Para ele, a classe estava acima de outras diferenças sociais, pois ela admite o cruzamento entre o particular para o universal e assim conseguiria enfrentar os problemas do capitalismo. Segundo Harvey (1996) o feminismo, os movimento antirracistas e ambientalistas seriam insuficientes para promover tal possibilidade, como seria o movimento de classe.

Mesmo que suas teorias tenham sido contempladas por Harvey (1996), Iris Marion Young (1998) elabora importantes críticas às ideias de David Harvey. Em seu texto *Harvey's complaint with race and gender struggles: a critical response*, ela afirma não haver superioridade dos movimentos de classe em relação aos outros movimentos sociais, como alegado em Harvey (1996). Para ela as lutas contra o racismo, a estrutura patriarcal, o heterossexismo e a xenofobia, não podem ser considerados movimentos que fragmentam, ou prejudicam os movimentos de classe. Pelo contrário, fazem parte dele. Young (1998) alega que essa visão de fragmentação enfraquece a reivindicação por justiça em toda sua plenitude, pois são movimentos complementares entre si. Além disso, Young (1998) complementa sua crítica alegando que os movimentos de classe têm negligenciado por décadas a situação das mulheres e das pessoas negras na sociedade capitalista. Além disso, ela alega que há um equívoco na argumentação de Harvey (1996) de que as reivindicações de gênero, raça e as de caráter ambiental seriam movimentos particulares, enquanto o de classe seria universal. Afinal, segundo ela,

as mulheres estão em todas partes do mundo, e as questões ambientais são universais, bem como heranças coloniais que criaram as hierarquias raciais.

Young (1998) ao alertar para as políticas das diferenças, nos implica pensar a vida humana, os corpos e as energias dispostas ao cuidado da vida humana e não humana. Silva e Ornat (2021) argumentam que a vida humana e não humana depende de prestação e recebimento de cuidados. Tais cuidados são práticas que devem se desenvolver em inúmeras escalas, para além da tradicional visão de que elas se desenvolvem apenas nos espaços privados e pelas mulheres.

São as filosofias feministas que desenvolveram o pensamento sobre a ‘ética do cuidado’ para a manutenção da vida no planeta. Fiona Robinson (1999) critica que a filosofia masculina, baseada no sujeito autônomo, abstrato e racional deve ser superada pela ideia de sujeitos em relação de interdependência e responsabilizados uns pelos outros com objetivo de manutenção da vida. Esta filósofa feminista lembra que num mundo globalizado estamos conectados de todas as maneiras e é necessário pensar a ética do cuidado em escalas mais amplas do que a do espaço privado. É preciso trazer a ética do cuidado para o espaço público. Linda McDowell (2004) sustenta que o Estado precisa considerar a responsabilidade de manter as estruturas sociais, políticas e econômicas que sustentam o cuidado com a vida, inclusive em organizações supranacionais.

As ideias feministas sobre a ética do cuidado ultrapassam aos argumentos do cuidado com a saúde ou assistência social. Victoria Lawson (2007) argumenta que elas têm guiado várias análises de teorias políticas de classe, raça e gênero e justiça ambiental. Hilary Rose (1994) traz a ideia de não simetria entre as relações de cuidado, argumentando que o cuidado é generificado e racializado. Para ela, apesar de as mulheres serem a metade da humanidade, elas realizam a maioria das práticas de cuidado com a humanidade. Além disso, quando se considera o aspecto racial, são as mulheres negras as que com seu trabalho mais beneficiam a humanidade, segundo estudos internacionais sobre tempo investido em práticas de cuidado.

As ideias feministas sobre a ética do cuidado tem reivindicado sua politização a fim de superar a naturalização de que haja corpos de mulheres que sejam naturalmente preparados para a reprodução e práticas de cuidado. As tarefas de cuidado são responsabilidades de toda a humanidade em diversificadas escalas espaciais, implicando interdependência e responsabilização mútua pela vida no planeta.

O corpo é um elemento negligenciado na geografia brasileira, conforme já evidenciado em Silva e Ornat (2016, 2021). Gillian Rose (1993) argumenta a necessidade da superação da dualidade entre mente e corpo, razão e emoção, bem como do público e do privado. O corpo não é algo privado, mas relacionalmente ligado ao público. Butler (2006, 2016) desenvolveu a ideia de precariedade em que traz o corpo e suas relações espaciais como central para evidenciar a forma com que a sociedade

desenvolve percepções diferenciadas sobre as vidas consideradas importantes e portando merecem ser cuidadas. Quando se considera que os seres humanos vivem em relações de interdependência, o corpo deve ser pensado no campo da política e das relações de poder para compreender a política diferencial de cuidados em torno dos diversos tipos de corpos.

Butler (2016) afirma que os contornos do copo não estão delimitados pela sua pele, ele extrapola essa fronteira devidos suas ações no espaço, bem como a sociedade o significa. Segundo ela os enquadramentos normativos de raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, classe e assim por diante posicionam os corpos em uma matriz diferencial de vantagens e desvantagens de cuidado e valoração da vida. Para ela,

Infere-se daí, então, que certos tipos de corpos parecerão mais precariamente do que outros, dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia de vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto. Esses enquadramentos normativos estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que tipo de vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada. (Butler, 2016, p. 85)

Duas perspectivas escalares são verificadas nessa proposição. A primeira é de que o corpo está vinculado com a exterioridade espacial onde é significado, valorado e posicionado socialmente, implicando espacialidades onde os corpos podem ser excluídos, acolhidos, tensionados. A segunda perspectiva envolve o agenciamento do corpo, quando ele se coloca frente a uma espacialidade excludente e torna-se ele próprio espaço de contestação, resistência e de proteção de si.

Os corpos compreendidos socialmente como sendo de menor importância para recebimento de cuidados e proteção incita o sujeito ao reconhecimento de sua materialidade e a reivindicação do seu direito sobre ela. As pessoas cujos corpos são lidos como de vidas não importantes socialmente desenvolvem a percepção de que seus corpos são espaços desapropriados pela violência sofrida em função das relações de poder a que estão sujeitos. São corpos que estão fora das normas de valorização social. Nesse sentido o corpo é assumido como uma escala espacial por este corpo ser percebido em sua materialidade, como argumentado em Silva e Ornat (2016). O argumento de que o corpo é também espaço geográfico implica pensar que a escala não é algo dado, mas que o conceito foi construído socialmente. A escala do corpo é negligenciada na geografia brasileira, já que esta privilegiou as grandes dimensões de áreas, fruto da hegemonia do pensamento falocentrado da disciplina. Entretanto, Silva e Ornat (2016) argumentam que

(...) se a escala serve para organizar a forma como ordenamos o espaço, e a forma como criamos tal representação de ordenamento cria diferentes valores e significados espaciais, esta escolha é também uma posição política que deve ser assumida no campo científico. (Silva e Ornat, 2016, p. 72)

Essa ideia de escala permite afirmar o corpo com suas interações com o espaço, mas também pensar o corpo como sendo o próprio espaço geográfico. É possível explorar uma infinidade de aspectos e dimensões sexualidades, gênero, racialidades, idades e fluxos de vida, classe, processos de saúde/doença, uso de tecnologias para moldar os corpos, tamanhos, padrões de beleza, estágios de transição de gêneros, maternidades e emoções e assim por diante.

As concepções das geografias feministas consideram que o corpo não é um elemento natural. Ele é produzido socialmente. Os corpos criam, ocupam espaços e os espaços também criam corpos particularmente concebidos, havendo mutualidade entre eles. Contudo, o corpo localizado pode ser também o espaço das relações de poder em que ocorre a subjetivação de raça, gênero e sexo, bem como a autodisciplina sobre os corpos em diferentes épocas e espaços.

Os conectores de corpos a outros corpos para Sara Ahmed (2004) são as emoções. Para ela as emoções não estão nem no indivíduo e na sociedade, mas são estabelecidas em relações, já que a emocionalidade sobre determinados grupos ou pessoas é dependente das relações de poder que dotam pessoas de certa valoração social. As emoções estão ligadas à hierarquia social, tornando-se atributos dos corpos e moldando o que é inferior e superior em características corpóreas.

O amor é uma emoção que tem sido alvo de estudos das geografias feministas. Morrison, Johnston and Longhurst (2012) argumentam que o amor vivido pelos corpos é espacial, político e relacional. O amor para elas não é algo dado, havendo em sua perspectiva a constituição mútua entre amor e espaço. A forma de amar é dependente dos modelos de organizações sociais criadas e estas criam o mundo material como um efeito de repetição das normas, conforme argumenta Butler (2018). Nesse sentido, as emoções demandam corpos, espaços e performam as normas que produzem padrões hegemônicos. Um desses padrões naturalizados é a família mononuclear formada por casais heterossexuais monogâmicos e os espaços da casa.

Há uma infinidade de relações íntimas e afetos possíveis de constituir o espaço da casa. A casa não é um espaço da família heteronormativa, mas a casa se constitui de um arranjo social qualquer e situa sujeitos e emoções em relações de poder. Nesse sentido, quando adotamos a concepção de amor como político, como uma prática humana sócio sexual, mascaramos a sua possibilidade de pluralidade e a geografia reduz a casa à simples materialidade de práticas familiares cisheteronormativas.

A geógrafa feminista Gilliam Rose (1993) tem chamado atenção por mais de trinta anos que é preciso superar a visão dominante da produção científica sobre a casa e adotar outras perspectivas. Do ponto de vista das mulheres, das diferentes gerações que compõem os arranjos familiares, de

diferentes seres, incluindo aí os animais domésticos. Lembra ela que a experiência feminina, por exemplo, pode constituir a casa como espaço importante de trabalho, de violência e opressão. Do ponto de vista racial, bell hooks (2015) alega que a casa pode ser refúgio contra o racismo, lugar de acolhimento e o aprendizado de resistência contra a violência estrutural. Segundo ela, a casa para as pessoas negras pode significar o lugar da subversão da dominação branca, embora ela reconheça a necessidade de superação do sexismo que impera também nas comunidades negras.

O espaço que chamamos de lar, segundo Massey (1994), nunca foi um espaço sem mediação, não é uma forma abstrata, mas se materializa espacialmente. As proposições de Massey (1994) nos leva a pensar a casa como sendo o resultado da coexistência simultânea de inter-relações sociais que congrega todas as escalas, desde a intimidade da família, ao amplo espaço das conexões globais. A casa e o corpo a partir das conexões multiescalares, formam espaços singulares de coexistência simultânea de inter-relações que desenvolvem ações práticas, negociadas nas rotinas específicas da casa, embebidas de emoções, contato físico, intimidade e cuidado. A casa é muito mais do que o espaço do habitar, mas um espaço corporificado, emocionalmente situado e constituído de relações de poder que envolvem classe, raça, gênero, sexualidades, idades, religiosidades e assim por diante. Tal espaço é uma engrenagem política acionada pela energia amorosa empenhada por sujeitos diferentemente comprometidos com relações de cuidado, promovendo hierarquias conforme as vidas consideradas mais ou menos importantes.

Considerações Finais

Nesse artigo evidenciamos as hegemonias conceituais verificadas na Geografia brasileira, notadamente as concepções de espaço miltonianas. Demostramos que o capital científico de Milton Santos ocupa um lugar sem precedentes na história do pensamento geográfico brasileiro. Suas ideias que privilegiam sujeitos abstratos no desenvolvimento de ações na produção do espaço criam limitações para a abordagem de gênero, sexualidades e racialidades. Mesmo isoladas dos cânones da geografia brasileira, as geografias feministas têm realizado importantes contribuições, notadamente pela luta de conceber o espaço geográfico como encarnado. Com isso, desafia as fronteiras e limites do campo da geografia, trazendo escalas de análise que não foram usuais no desenvolvimento do campo, como o corpo e a casa, bem como as emoções como elementos componentes do espaço. As geografias feministas conquistaram espaços de enunciação próprias por meio de fissuras pelas quais foi possível desafiar poderes e trazer proposições enriquecedoras para geografia brasileira.

Referências

- AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRADFORD, S. C. Sources of information on specific subjects. **Engineering**, v. 137, p. 85-86, 1934.
- BRADFORD, S. C. **Documentation**. London: Crosby Lockwood and Son, Ltd., 1948.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de Avaliação – Grupo de Trabalho**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando uma vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERETTI, Vandro Elaino; JUNCKES, Ivan Jairo; CLEMENTE, Augusto Junior. Ciência política e análise de redes: uma metodologia para o mapeamento de comunidades temáticas. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 229-251, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/57497/37278>>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAGR, Cicilian Luiza; SILVA, Marcia da. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Oxford: Blackwell, 1989.
- HARVEY, David. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HEY, Ana Paula. Bourdieu epistêmico-prático: o espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p. 86-105, 2007.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.

HOOKS, bell. **Yearning**: Race, Gender, and Cultural Politics. New York: Routledge, 2015.

LAWSON, Victoria. Geographies of Care and Responsibility. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 97, n. 1, p. 1-11, 2007.

MASSEY, Doreen. A Global Sense of Place. **Marxism Today**, Londres, v. 6, 1991a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15Q_uOIDCMYU2QZ35b1zhWcC65TPf_o1f/view?usp=sharing>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MASSEY, Doreen. Flexible Sexism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 9, n. 1, p. 31-57, 1991b.

MASSEY, Doreen. Power-Geometry and a Progressive Sense of Place. In: BIRD, John; CURTIS, Barry; PUTNAM, Tim; TICKNER, Lisa. **Mapping the Futures**: Local Cultures, Global Change. Londres: Routledge, 1993. p. 59-69.

MASSEY, Doreen. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MASSEY, Doreen. Imagining Globalization: Power-Geometries of Time-Space. In: BRAH, Avtar; HICKMAN, Mary; GHAILL, Máirtín Mac. **Global Futures**: Migration, Environmental and Globalization. Londres: Palgrave Macmillan, 1999. p. 27-44.

MASSEY, Doreen. Concepts of Space and Power in Theory and in Political Practice. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 55, p. 15-26, 2009. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/171747/224065>>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MCDOWELL, Linda. Work, Workfare, Work/Life Balance and an Ethic of Care. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 2, p. 145-163, 2004.

MERTON, Robert King. Os imperativos institucionais da Ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (org.). **A crítica da Ciência**: Sociologia e ideologia da Ciência. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 37-52.

RIBEIRO, Guilherme. Descanonização e descolonialização de clássicos e canônicos na geografia brasileira e internacional. **Terra Brasilis**, n. 15, p. 1-10, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/9173>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ROBINSON, Fiona. **Globalizing Care**: Ethics, Feminist Theory, and International Relations. Boulder: Westview Press, 1990.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**: The Limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Hilary. **Love, Power and Knowledge**: Towards a Feminist Transformation of the Sciences. Cambridge: Polity Press, 1994.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132-154, 2016. Disponível em: <<https://177.101.17.124/index.php/rlagg/article/view/8041>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. p. 13-30.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; HEINDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da (Orgs.). **Plurilocalidade dos sujeitos**: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-75.


SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Casa, corpo e amor: desafios à imaginação geográfica no Brasil em tempos de pandemia. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil; SILVA, Joseli Maria; WOITOWICZ, Karina Janz (Orgs.). **Vivências de mulheres no tempo e espaço da pandemia de Covid-19**: perspectivas transnacionais. Curitiba: CRV, 2021. p. 25-70.

YI, Sangyoon; CHOI, Jinho. The Organization of Scientific Knowledge: The Structural Characteristics of Keyword Networks. **Scientometrics**, v. 90, p. 1015-1026, 2012. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-011-0560-1>>. Acesso em: 14 jan. 2025.


YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Harvey's Complaint with Race and Gender Struggles: A Critical Response. **Antipode**, v. 30, n. 1, p. 36-42, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Joseli Maria Silva  - Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Geografia pela UFSC. Doutora em Geografia pela UFRJ.

E-mail: joseli.genero@gmail.com

Vagner André Moraes Pintao  - Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: vampmoraes@gmail.com

Data de submissão: 01 de novembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025